



Ex.^{mo(a)} JUIZ(a) DE DIREITO DO _ JUIZADO ESPECIAL FAZENDÁRIO DA
COMARCA DE BOA VISTA - RR.

DADOS DO 1º RECLAMANTE			x	PESSOA FÍSICA		PESSOA JURÍDICA	
NOME:	Antônio da Silva			ESTADO CIVIL:	CASADO	RG.Nº:	45942
CPF Nº:	164.030.612-91		D. NASC:	15/10/1963	PROFISSÃO:	Servidor Publico	
END:	AVENIDA Nazaré Filgueiras, n° 1747	BAIRRO:	Pintolândia	CIDADE:	BOA VISTA- RR	CEP:	69316715
FONE:	(95)9 9138-5969		E-MAIL:	kmbdasilva@hotmail.com			

ASSUNTO DA RECLAMAÇÃO	
<input type="checkbox"/>	ASSUNTO BANCÁRIO
<input type="checkbox"/>	TELECOMUNICAÇÕES/TELEFONIA
<input type="checkbox"/>	REPARAÇÃO DE DANOS DECORRENTES DE ACIDENTES DE VEÍCULOS (NÃO INCLUI DPVAT)
<input type="checkbox"/>	EXECUÇÃO DE TÍTULOS EXTRAJUDICIAIS
<input type="checkbox"/>	COBRANÇAS EM GERAL (TÍTULOS, ALUGUÉIS, CONDOMÍNIO E OUTROS).
<input type="checkbox"/>	DESPEJO PARA USO PRÓPRIO
<input type="checkbox"/>	INDENIZAÇÃO POR () DANO MORAL () DANO MATERIAL
<input type="checkbox"/>	RESCISÃO CONTRATUAL () COM DEVOLUÇÃO DE PARCELAS OU MULTAS
<input checked="" type="checkbox"/>	OBRIGAÇÃO DE FAZER/NÃO FAZER
<input type="checkbox"/>	OUTRAS: ANTECIPAÇÃO DOS EFEITOS DA TUTELA

DADOS DO 1º RECLAMADO			PESSOA FÍSICA		x	PESSOA JURÍDICA	
NOME:	Departamento Estadual de Trânsito de Roraima-DETRAN/RR			ESTADO CIVIL:	*****	RG.Nº:	*****
CNPJº:	22.900.328/0001-05		D. NASC:	*****	PROFISSÃO:	*****	
END:	Avenida Brigadeiro Eduardo Gomes, 4214	BAIRRO:	Aeroporto	CIDADE:	BOA VISTA	CEP:	69310005
FONE:	*****			E-MAIL:	*****		



DOS FATOS

Em 2013 o requerente comprou uma motocicleta modelo Honda/CG 150 FAN ESDI, com placa NUH 4529 da cor preta pra seu filho, porém em 2016 a motocicleta foi furtada conforme Boletim de Ocorrência anexado nos autos.

Ocorre que, no ano de 2017 o requerente deu entrada na Secretaria de Estado da Fazenda de Roraima para obter a suspensão do IPVA, onde obteve êxito conforme anexo juntados aos autos.

Ressalta-se que, o requerente foi até ao DETRAN para tentar obter a suspensão do licenciamento e seguro, pois a motocicleta foi furtada sem culpa do filho do requerente.

Em razão disso, o funcionário da autarquia lhe informou que este procedimento só poderia ser concedido através de decisão judicial, assim o requerente tentado a solução da lide neste juizado.

Portanto, diante dos fatos, não restou alternativa ao Requerente, senão a de intentar a presente demanda e se vê compelido a recorrer a este digno juízo em busca da tutela jurisdicional para a satisfação do seu direito.

DAS PROVAS:

O requerente apresenta o documento da motocicleta, boletim de ocorrência, documento autorizando a suspensão do IPVA da Secretaria de Estado da Fazenda de Roraima, documentos de informações da motocicleta junto ao DETRAN e requerimento de reconhecimento de não-incidência ou isenção do IPVA.

DOS PEDIDOS

Diante do exposto, requer a Vossa Excelência:

- a) seja a presente ação recebida, registrada e autuada, em tudo obedecidas as cautelas legais;
- b) a concessão dos benefícios da Justiça Gratuita na fase recursal, considerando a isenção neste momento inicial, Lei nº 12153/09;
- c) a citação da Reclamada, na pessoa de seu representante legal, para, querendo, contestar os fatos e comparecer à audiência, sob pena de serem presumidos como verdadeiros os



fatos alegados, nos termos da Súmula 74 do TST;

d) a condenação da Ré ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios, em caso de recursos, no que for fixado;

e) julgue procedente a demanda no sentido de determinar ao **Órgão Requerido a suspender o Licenciamento e Seguro da motocicleta** citada acima e com documento anexado nos autos, devido esta ter sido furtada, conforme as provas carreadas aos autos;

f) provar o alegado por todo meio de prova em direito admitido, em especial os documentos anexos.

Dá-se a causa o Valor de R\$954,00 (novecentos e cinquenta e quatro reais), para efeitos meramente fiscais.

O(A) REQUERENTE DECLARA ESTAR CIENTE DE QUE:

a) as informações lançadas neste termo são de sua inteira responsabilidade;

e) deverá acompanhar o estado do processo e se manifestar, sempre que solicitado. O seu abandono do processo por mais de 30 (trinta) dias implicará na extinção do feito.

g) deverá comunicar ao Juízo as mudanças de endereço, bem como de número de telefone, whatsapp e e-mail, ocorridas durante o curso do processo, sob pena de reputarem-se eficazes as intimações enviadas ao contato anteriormente indicado, na ausência da comunicação;

j) a fixação dos honorários sucumbenciais terá por base o valor total pleiteado, no caso de improcedência em fase recursal.

k) deverá se dirigir aos membros do Setor devidamente identificados com seus crachás para dirimir dúvidas e obter informações.

Boa Vista – RR, 21 de Fevereiro de 2018.


Antônio da Silva
REQUERENTE


ESTAGIÁRIA DE DIREITO